CLIPPING INTERNET

18/03/2022 ATÉ 18/03/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CONVÊNIOS
1.1 SITE O IMPARCIAL ONLINE..... 1
2 DECISÕES
2.1 BLOG GILBERTO LEDA..... 2
2.2 BLOG GLAUCIO ERICEIRA..... 3
2.3 BLOG JORGE ARAGÃO..... 4
2.4 SITE MARANHÃO HOJE..... 5
3 DESEMBARGADOR
3.1 BLOG GILBERTO LEDA..... 6
3.2 BLOG ISAÍAS ROCHA..... 7
3.3 SITE IMIRANTE.COM..... 8
3.4 SITE O MARANHENSE..... 9
4 PRESIDÊNCIA
4.1 BLOG MARDEN RAMALHO..... 10
4.2 SITE MARANHÃO HOJE..... 11

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
18/03/2022 - BLOG GILBERTO LEDA
POSITIVA
TJ aprova criação de sete novas vagas de desembargador; texto vai à AL

TJ aprova criação de sete novas vagas de desembargador; texto vai à AL

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou, nesta quarta-feira, 16, anteprojeto de lei que cria mais sete cargos de desembargador no Poder Judiciário do Maranhão.

A informação havia sido antecipada pelo Blog do Gilberto Léda, na semana passada (reveja).

O documento, que será enviado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação – e, posteriormente, submetido à sanção do governador, caso aprovado –, também cria o cargo de 2º vice-presidente do TJMA, que acumulará as funções de ouvidor judicial.

A minuta altera a Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação dos sete novos cargos de desembargador. O anteprojeto foi aprovado por maioria de votos, contra o voto apenas do desembargador Jorge Rachid, e teve apoio do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros; e do representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão (OAB/MA), Vandir Júnior.

Caso aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada como nova lei complementar, o Tribunal de Justiça passará a ser composto por 37 desembargadores e desembargadoras, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, com as competências e atribuições definidas na Constituição do Estado, no Código e no Regimento Interno do TJMA.

Das sete novas vagas, cinco serão preenchidas por magistrados de carreira, uma por membro do Ministério Público e outra por advogado.

TJMA: lista sêxtupla da OAB deve ter que garantir vagas a mulheres

Publicado em 17 de março de 2022 por gilbertoleda
Advogadas de todas as regiões do Brasil estiveram reunidas, nestas segunda e terça-feira (14 e 15/3), em Brasília, com diversas autoridades para pedir apoio ao movimento Paridade no Quinto Constitucional, que demanda que as listas sêxtuplas para composição do Quinto Constitucional tenham 50% de mulheres.

O movimento contou com apoios importantes, como o da liderança da bancada feminina no Senado, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da ministra Maria Claudia Bucchianeri, do TSE.

O movimento foi lançado na última segunda-feira, pela manhã, na frente da sede da OAB. Cerca de 60 advogadas, representantes de 26 entidades participaram do ato. Elas protocolaram na Ordem o pedido de que as listas sêxtuplas sejam paritárias. A autora do projeto que garantiu a paridade de gênero na Ordem, aprovada em 2020, Valentina Jungmann, lembrou que mudanças legislativas internas são simples e que a OAB pode fazer essa alteração.

Uma das propostas das advogadas é alterar o artigo 94 da Constituição Federal, que trata do Quinto Constitucional, para que seja incluída a paridade de gênero na legislação. A proposta teve adesão das parlamentares da Secretaria da Mulher da Câmara. As advogadas foram recebidas pelas deputadas Celina Leão, Margarete Coelho e Tereza Nelma.

Já no Senado, o grupo foi recebido pelas líderes da bancada feminina. As senadoras Daniella Ribeiro, Eliziane Gama, Leila, Mailza Gome, Nilda Gondim e Soraya Thronicke. Todas se comprometeram em apoiar o projeto de lei para a alteração. Inclusive, a senadora Soraya Thronicke, que é advogada, apresentou a PEC 06/2022, que altera o artigo 94 da CF/88, para que, a cada duas listas sêxtuplas, uma seja composta exclusivamente por mulheres.

“Sabemos que o ótimo é, às vezes, inimigo do bom e queremos a ajuda de vocês para aprimorar esse projeto”, disse a senadora.

Para uma das coordenadoras do movimento Paridade no Quinto Constitucional em Brasília, Thais Riedel, o lançamento foi um sucesso. “Foram dois dias de agenda cheia e intensa, mas absolutamente proveitosos. Conseguimos reunir mulheres do Brasil inteiro e garantir que fossemos ouvidas por atores importantes, e nossa demanda foi muito bem acolhida. Vamos trabalhar para que esses encontros se transformem em ações”, conclui Thais.

Para a coordenadora nacional do evento, Ecalir Nantes, o lançamento foi muito positivo.

“Estamos muito felizes, protocolamos nosso requerimento no Conselho Federal, e realizamos visitas nos 3 poderes, onde a receptividade foi excelente. Recebemos o apoio da bancada feminina no Senado e da Câmara. Onde estaremos trabalhando por uma alteração dos artigos 54, XIII e 58 XIV da Lei 8906/94 com a finalidade de prever a paridade nas listas sêxtuplas para os Tribunais e o acompanhamento da Pec da Paridade protocolada emblematicamente no dia do Lançamento do Movimento, 14/03/22 de autoria da senadora Soraya Tronik do

Mato Grosso do Sul, endossado pelas demais senadoras”.

Ainda de acordo com Eclair, o movimento, agora, toma outro formato. “Adotaremos medidas voltadas para assegurar a igualdade de gênero nas seccionais, acompanhando as impugnações nos Editais, já em andamento. Iniciaremos os debates e as audiências públicas em todo país, dando visibilidade ao tema”. Afirmou.

TJMA aprova projeto que cria sete novas vagas de desembargador

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou anteprojeto de lei que cria mais sete cargos de desembargador no Poder Judiciário do Maranhão, em sessão plenária administrativa, nesta quarta-feira (16), em processo sob a relatoria do desembargador Cleones Cunha. O documento que será enviado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação – e, posteriormente, submetido à sanção do governador, caso aprovado – também cria o cargo de 2º vice-presidente do TJMA, que acumulará as funções de ouvidor judicial.

A minuta altera a Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação dos sete novos cargos de desembargador. O anteprojeto foi aprovado por maioria de votos, contra o voto apenas do desembargador Jorge Rachid, e teve apoio do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros; e do representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão (OAB/MA), Vandir Júnior.

DESTAQUE

Após a votação da proposta, foi apreciado o destaque de proposta do desembargador Tyrone Silva, de ementa supressiva, para exclusão das funções de ouvidor do cargo de 2º vice-presidente, no sentido de que ficasse mantido o cargo de ouvidor. Por maioria, o Pleno concordou com o entendimento do relator, para que as funções passem a ser exercidas pelo 2º vice-presidente.

Caso aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada como nova lei complementar, o Tribunal de Justiça passará a ser composto por 37 desembargadores e desembargadoras, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, com as competências e atribuições definidas na Constituição do Estado, no Código e no Regimento Interno do TJMA.

O acréscimo de mais sete magistrados proporcionará a criação de mais uma câmara cível – passando das sete atuais para oito – e da recriação da 3ª Câmara Criminal – recentemente extinta. O Plenário funcionará com a presença de, pelo menos, 19 desembargadores e desembargadoras, além do presidente; e os seus julgamentos serão tomados por maioria de votos, salvo os casos que exijam quórum especial.

2º VICE-PRESIDENTE

O artigo 2º do anteprojeto estabelece que fica criado, na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça, o cargo de 2º vice-presidente; e transformado em 1º vice-presidente o atual cargo de vice-presidente, sendo atribuída ao 2º vice-presidente a mesma gratificação do atual vice-presidente, cujo cargo está sendo transformado em 1º vice-presidente.

O parágrafo único informa que o 2º vice-presidente, assim como o 1º vice-presidente, ficarão afastados de suas funções judicantes, salvo no Plenário; e, além de substituir o 1º vice-presidente nas suas ausências, licenças e impedimentos, o 2º vice-presidente exercerá as funções de supervisor-geral dos juizados especiais e de ouvidor judicial do Poder Judiciário.

O Artigo 3º cria sete cargos de desembargador e o Artigo 4º cria cargos em comissão, referentes aos novos gabinetes. As despesas decorrentes desta Lei Complementar ocorrerão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

LISTA SÊXTUPLA DA OAB PARA ESCOLHA DE MEMBRO DO TJMA DEVE GARANTIR VAGAS A MULHERES

Por Isaias Rocha / Comentários (0)

Advogadas de todas as regiões do Brasil estiveram reunidas, nestas segunda e terça-feira (14 e 15/3), em Brasília, com diversas autoridades para pedir apoio ao movimento Paridade no Quinto Constitucional, que demanda que as listas sêxtuplas para composição do Quinto Constitucional tenham 50% de mulheres.

O movimento contou com apoios importantes, como o da liderança da bancada feminina no Senado, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e da ministra Maria Claudia Bucchianeri, do TSE.

O movimento foi lançado na última segunda-feira, pela manhã, na frente da sede da OAB. Cerca de 60 advogadas, representantes de 26 entidades participaram do ato. Elas protocolaram na Ordem o pedido de que as listas sêxtuplas sejam paritárias. A autora do projeto que garantiu a paridade de gênero na Ordem, aprovada em 2020, Valentina Jungmann, lembrou que mudanças legislativas internas são simples e que a OAB pode fazer essa alteração.

Uma das propostas das advogadas é alterar o artigo 94 da Constituição Federal, que trata do Quinto Constitucional, para que seja incluída a paridade de gênero na legislação. A proposta teve adesão das parlamentares da Secretaria da Mulher da Câmara. As advogadas foram recebidas pelas deputadas Celina Leão, Margarete Coelho e Tereza Nelma.

Já no Senado, o grupo foi recebido pelas líderes da bancada feminina. As senadoras Daniella Ribeiro, Eliziane Gama, Leila, Mailza Gome, Nilda Gondim e Soraya Thronicke. Todas se comprometeram em apoiar o projeto de lei para a alteração. Inclusive, a senadora Soraya Thronicke, que é advogada, apresentou a PEC 06/2022, que altera o artigo 94 da CF/88, para que, a cada duas listas sêxtuplas, uma seja composta exclusivamente por mulheres.

“Sabemos que o ótimo é, às vezes, inimigo do bom e queremos a ajuda de vocês para aprimorar esse projeto”, disse a senadora.

Para uma das coordenadoras do movimento Paridade no Quinto Constitucional em Brasília, Thais Riedel, o lançamento foi um sucesso. “Foram dois dias de agenda cheia e intensa, mas absolutamente proveitosos. Conseguimos reunir mulheres do Brasil inteiro e garantir que fossemos ouvidas por atores importantes, e nossa demanda foi muito bem acolhida. Vamos trabalhar para que esses encontros se transformem em ações”, conclui Thais.

Para a coordenadora nacional do evento, Ecalir Nantes, o lançamento foi muito positivo.

“Estamos muito felizes, protocolamos nosso requerimento no Conselho Federal, e realizamos visitas nos 3 poderes, onde a receptividade foi excelente. Recebemos o apoio da bancada feminina no Senado e da Câmara.

Onde estaremos trabalhando por uma alteração dos artigos 54, XIII e 58 XIV da Lei 8906/94 com a finalidade de prever a paridade nas listas sêxtuplas para os Tribunais e o acompanhamento da Pec da Paridade protocolada emblematicamente no dia do Lançamento do Movimento, 14/03/22 de autoria da senadora Soraya Tronik do Mato Grosso do Sul, endossado pelas demais senadoras".

Ainda de acordo com Eclair, o movimento, agora, toma outro formato. "Adotaremos medidas voltadas para assegurar a igualdade de gênero nas seccionais, acompanhando as impugnações nos Editais, já em andamento. Iniciaremos os debates e as audiências públicas em todo país, dando visibilidade ao tema", afirmou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
18/03/2022 - BLOG JORGE ARAGÃO
POSITIVA
TJ do MA aprova criação de mais sete cargos de desembargador

TJ do MA aprova criação de mais sete cargos de desembargador

Nesta quarta-feira (16), o pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão, aprovou anteprojeto de lei que cria mais sete cargos de desembargador no Poder Judiciário.

Agora, o documento que será enviado para a Assembleia Legislativa, caso aprovado, irá à sanção do governador. O anteprojeto ainda estabelece a criação do cargo de 2º vice-presidente do TJ/MA, que acumulará as funções de ouvidor judicial.

A minuta altera a Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão. O anteprojeto foi aprovado por maioria de votos, contra o voto apenas do desembargador Jorge Rachid, e teve apoio do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros; e do representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão (OAB/MA), Vandir Júnior.

Caso aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada como nova lei complementar, o Tribunal de Justiça passará a ser composto por 37 desembargadores e desembargadoras. O acréscimo de mais sete magistrados proporcionará a criação de mais uma câmara cível – passando das sete atuais para oito – e da recriação da 3ª Câmara Criminal – recentemente extinta.

Já o Plenário funcionará com a presença de, pelo menos, 19 desembargadores e desembargadoras, além do presidente; e os seus julgamentos serão tomados por maioria de votos, salvo os casos que exijam quórum especial.

É aguardar e conferir, uma vez que a pauta na Assembleia Legislativa segue trancada.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
18/03/2022 - BLOG MARDEN RAMALHO
POSITIVA
Desembargador Lourival Serejo será empossado na Presidência da Academia Maranhense de Letras

Desembargador Lourival Serejo será empossado na Presidência da Academia Maranhense de Letras

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Lourival Serejo, será empossado na Presidência da Academia Maranhense de Letras (AML), nesta quinta-feira (17), às 17h.

A solenidade será realizada na sede da instituição (Rua da Paz, nº 84, Centro), com transmissão ao vivo pelo canal oficial do TJMA no Youtube (youtube/tjmaoficial).

Na oportunidade, tomará posse a nova diretoria para o biênio 2022-2023, eleita no dia 24 de fevereiro de 2022.

Lourival Serejo assumirá a Presidência da AML para o novo biênio, prometendo investir cada vez mais na valorização de iniciativas voltadas para a produção literária e cultural maranhense. Ele irá suceder o atual presidente Carlos Thadeu Pinheiro Gaspar.

A diretoria é composta também pelos acadêmicos Laura Amélia Damous, vice-presidente; Félix Alberto Lima, secretário-geral; José Ewerton Neto, secretário-adjunto; José Ribamar Neres Costa, 1º tesoureiro; Manoel Aureliano Neto, 2º tesoureiro; e Benedito Buzar, José Carlos Sousa Silva e Elsior Coutinho, membros do Conselho Fiscal.

ELEIÇÃO

O desembargador e escritor, Lourival Serejo, foi eleito presidente da Academia Maranhense de Letras, em votação secreta, seguindo as tradições da instituição literária do Estado do Maranhão, fundada em 10 de agosto de 1908.

Ocupante da cadeira nº 35 da AML, Lourival Serejo é também membro fundador da Academia Maranhense de Letras Jurídicas, da Academia Imperatrizense de Letras e da Academia Vianense de Letras. Já publicou 24 obras literárias.

Desembargadora Angela Salazar receberá prêmio do Senado Federal

A desembargadora será homenageada com a concessão do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz em reconhecimento a sua importante contribuição na defesa dos direitos das mulheres e das questões de gênero.

SÃO LUÍS - A desembargadora Angela Salazar será homenageada pelo Senado Federal com a concessão do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz em reconhecimento a sua importante contribuição na defesa dos direitos das mulheres e das questões de gênero. A solenidade de entrega ocorrerá no dia 23, às 10h, em Brasília, no Senado Federal. O nome do prêmio homenageia a bióloga Bertha Lutz, uma das figuras centrais do movimento sufragista brasileiro.

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz foi instituído no Senado Federal pela Resolução nº 2, de 2011, em homenagem à ex-deputada Federal Bertha Maria Júlia Lutz, líder na luta pelos direitos políticos das mulheres, que se empenhou pela aprovação da legislação visando a igualdade salarial para as mulheres, a licença de três meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas diárias. Serão homenageadas, na ocasião, 21 personalidades.

O anúncio da concessão do Diploma de homenagem à desembargadora Angela Salazar foi feito nesta quarta-feira (16), em sessão plenária administrativa do Tribunal de Justiça pelo desembargador Jorge Rachid, que deixou consignado os seus aplausos. “A desembargadora Angela Salazar é uma figura icônica da mulher maranhense e dos direitos da mulher”, frisou o desembargador Jorge Rachid.

“A desembargadora Angela Salazar é uma referência na luta pelos direitos das mulheres e receberá do Senado Federal uma homenagem justa e merecida, no ano em que também comemoramos o bicenteneário de Maria Firmina, outra mulher de valor humano imensurável”, assinalou o presidente do TJMA, desembargador Lourival Serejo.

O procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau, presente à sessão, disse que a desembargadora Angela Salazar, antes de ser magistrada, foi do Ministério Público com muito orgulho. “Ela merece todas as honras porque é uma mulher com muita dignidade e respeito”, concluiu.

“Foi com muita honra, alegria, mas também com muita humildade que recebi a notícia de que fui agraciada com esse importante Diploma Bertha Lutz, em razão do trabalho que nós desempenhamos desde quando adentramos na magistratura”, comentou a magistrada.

Na oportunidade, a desembargadora Angela Salazar agradeceu ao desembargador Jorge Rachid por ter oportunizado no Tribunal, espaço para que desenvolvesse o trabalho em defesa dos direitos das mulheres e, também, dos direitos da criança e do adolescente.

O Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz é a terceira homenagem que a desembargadora Angela Salazar recebe em nível nacional, pelo trabalho desenvolvido em defesa dos direitos e da dignidade das mulheres.

A primeira ocorreu, em 2016, em Brasília com a entrega da Comenda SEPPIR, pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Ministério da Justiça e Cidadania, em reconhecimento ao trabalho desenvolvido para gerar transformações na vida da população afrodescendente. A segunda foi quando foi escolhida para falar dos projetos desenvolvidos pela Cemulher no STF, que selecionou seis coordenadorias para uma exposição na Corte.

Aprovado anteprojeto que cria mais sete cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do MA

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou, em sessão plenária administrativa nesta quarta-feira (16), o anteprojeto de lei que cria mais sete cargos de desembargador. O documento que será enviado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação – e, posteriormente, submetido à sanção do governador, caso aprovado – cria também cargo de 2º vice-presidente do TJMA, que acumulará as funções de ouvidor judicial.

A minuta altera a Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão, para a criação dos sete novos cargos de desembargador.

O anteprojeto foi aprovado por maioria de votos, contra o voto apenas do desembargador Jorge Rachid, e teve apoio do procurador-geral de Justiça, Eduardo Nicolau; do presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, juiz Holídice Barros; e do representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Maranhão (OAB/MA), Vandir Júnior.

Destaque – Após a votação da proposta, foi apreciado o destaque de proposta do desembargador Tyrone Silva, de ementa supressiva, para exclusão das funções de ouvidor do cargo de 2º vice-presidente, no sentido de que ficasse mantido o cargo de ouvidor. Por maioria, o Pleno concordou com o entendimento do relator, para que as funções passem a ser exercidas pelo 2º vice-presidente.

Caso aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada como nova lei complementar, o Tribunal de Justiça passará a ser composto por 37 desembargadores e desembargadoras, dentre os quais serão escolhidos o presidente, o 1º vice-presidente, o 2º vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça, com as competências e atribuições definidas na Constituição do Estado, no Código e no Regimento Interno do TJMA.

O acréscimo de mais sete magistrados proporcionará a criação de mais uma câmara cível – passando das sete atuais para oito – e da recriação da 3ª Câmara Criminal – recentemente extinta. O Plenário funcionará com a presença de, pelo menos, 19 desembargadores e desembargadoras, além do presidente; e os seus julgamentos serão tomados por maioria de votos, salvo os casos que exijam quórum especial.

Vice-presidente – O artigo 2º do anteprojeto estabelece que fica criado, na Mesa Diretora do Tribunal de Justiça, o cargo de 2º vice-presidente; e transformado em 1º vice-presidente o atual cargo de vice-presidente, sendo atribuída ao 2º vice-presidente a mesma gratificação do atual vice-presidente, cujo cargo está sendo transformado em 1º vice-presidente.

O parágrafo único informa que o 2º vice-presidente, assim como o 1º vice-presidente, ficarão afastados de suas funções judicantes, salvo no Plenário; e, além de substituir o 1º vice-presidente nas suas ausências, licenças e impedimentos, o 2º vice-presidente exercerá as funções de supervisor-geral dos juizados especiais e de ouvidor judicial do Poder Judiciário.

O Artigo 3º cria sete cargos de desembargador e o Artigo 4º cria cargos em comissão, referentes aos novos gabinetes. As despesas decorrentes desta Lei Complementar ocorrerão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - PRESIDÊNCIA
18/03/2022 - SITE MARANHÃO HOJE
POSITIVA
Lourival Serejo pretende levar Academia Maranhense de Letras a todos os segmentos da sociedade

Lourival Serejo pretende levar Academia Maranhense de Letras a todos os segmentos da sociedade

Ao tomar posse nesta quinta-feira (17) na presidência da Academia Maranhense de Letras (AML), o desembargador e escritor Lourival Serejo anunciou que pretende levar as ações da instituição aos diversos segmentos da sociedade, a fim de difundir os trabalhos literários dos acadêmicos. Segundo ele, isto vai se dar por meios de eventos em escolas secundaristas, universidades, feiras de livros, realização de seminários, concursos literários etc.

Na abertura do seu discurso, o novo presidente da AML lembrou do grande desafio que a Casa de Antônio Lobo terá de enfrentar: as mídias eletrônicas, que cada vez mais avançam e tornam-se a grande opção de leitura de uma importante parcela da sociedade, principalmente o segmento mais jovem.

“Os aplicativos e programas à disposição dos usuários da internet passaram a competir com as atividades presenciais, a prática de leituras, as reuniões de debates, em que a face do outro está à nossa frente, em que o movimento de virada da página de um livro transmudou-se na luminosidade de uma tela”, disse ele.

Ainda de acordo com Lourival Serejo, a Academia terá de se reinventar para enfrentar este momento e avanço tecnológico

“Esse é o grande desafio que a nova diretoria desta Casa vai enfrentar: a reinvenção da Academia para que ela não fique parada no tempo, apenas recordando o que aconteceu no passado. Precisamos criar o novo e trazer o futuro para o presente, ou nos transformarmos na própria mudança, como queria Gandhi.”

Lourival Serejo está encerrando seu mandato de presidente do Tribunal de Justiça e disse que no Judiciário enfrentou o mesmo problema do seu antecessor na AML, Carlos Gaspar: as limitações impostas pelas medidas para enfrentamento da covid-19. Ele espera que a partir de agora haja um ambiente mais favorável para as ações dos imortais.

Sobre as condições encontrados, disse que Carlos Gaspar lhe proporcionou encontrar uma casa organizada, administrativa e financeiramente, além da motivação dos acadêmicos, e isto facilita muito o trabalho que irá desenvolver.

Ele disse ainda que essa troca de comando poderia se dar num ambiente mais festivo, mas ainda não é aconselhável esse tipo de aglomeração.

Lourival Serejo em pose oficial com os demais membros da Academia Maranhense de Letras, que ele assumiu quinta-feira
Balanço – No seu discurso de despedida da presidência, Carlos Gaspar fez um ligeiro balanço das ações desenvolvidas, dentre elas a edição da Revista da Academia, que teve cinco números em 150 dias, enquanto em 111 anos da Academia apenas 30 números, o programa de edição e reedição de livros dos imortais etc.

Ele destacou ainda a organização da Casa, graças aos seus conhecimentos de Contabilidade, o que permitiu o fortalecimento do caixa e do patrimônio da instituição, como a Pousada do Mordomo Régio, de Alcântara, que foi “retomada judicialmente e alugada para a Prefeitura Municipal de Alcântara”.

“Entrego a Academia Maranhense de Letras dentro do melhor que me foi possível. E mais alguns avanços poderiam ser obtidos se, desde antes da minha gestão, houvessem começado a discutir a modernização desta centenária Entidade, a sua reorganização administrativa, a sua profissionalização. Além do mais, ao tempo reduzido do meu mandato, em face da pandemia do coronavírus, juntaram-se aqui a falta de paz e de tranquilidade, que todo espírito necessita para que possa deixar sua criatividade fluir e avançar”, disse ele, dirigindo-se ao sucessor.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - CONVÊNIOS
18/03/2022 - SITE O IMPARCIAL ONLINE
POSITIVA
Aberto edital para profissionais da área de Tecnologia com bolsas de até R$ 3,2 mil

Aberto edital para profissionais da área de Tecnologia com bolsas de até R$ 3,2 mil

Inscrições vão até o dia 25 de março.

Profissionais com graduação completa, com ou sem pós-graduação em nível de mestrado, em Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Engenharia de Software e Sistemas de Informação ganharam mais um prazo para se inscrever no edital Fapema/TJMA nº 01/2022 – Desenvolvimento de Soluções de Software.

Os interessados em concorrer a bolsas que variam de R$ 2.500,00 a R$ 3.200,00, dependendo da titulação, devem acessar o site da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) – www.fapema.br – e se inscrever até o dia 25 deste mês.

Os profissionais selecionados por meio do edital vão atuar no apoio para execução de projetos de pesquisa e desenvolvimento de soluções de softwares aplicadas à eficiência e celeridade processual do Tribunal de Justiça do Maranhão. Os projetos a serem executados devem contar com a aplicação de Inteligência Artificial e Automatização de Rotinas, para uso dos sistemas de processo judicial ou outros sistemas que utilizem a mesma tecnologia.

Esses profissionais irão reforçar o trabalho do TJMA que dispõe de acervos processuais com grande volume de documentos judiciais, o que requer a adoção de ferramentas tecnológicas eficazes para compilação de dados e maior celeridade às tramitações e julgamentos dos processos e ganhos expressivos para a sociedade.

TJMA aprova promoção e remoção de juízes e juízas

17 de março de 2022 omaranhense

Os desembargadores e desembargadoras do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na Sessão Plenária Administrativa desta quarta-feira (16), promoveram e removeram juízes e juízas, pelos critérios de merecimento e antiguidade.

PROMOÇÃO PARA A ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

O juiz Bernardo Luiz de Melo Freire, titular da Comarca de Poção de Pedras, foi promovido, pelo critério de merecimento, para a 4ª Vara da Comarca de Pedreiras.

Pelo critério de antiguidade, o juiz Celso Serafim Júnior, titular da Comarca de Icatu, foi promovido para a 3ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim.

Para a 2ª Vara da Comarca de Grajaú, foi promovida, pelo critério de merecimento, a juíza Nuza Maria Oliveira Lima, titular da Comarca de São João Patos.

REMOÇÃO NA ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA

O juiz Ailton Gutemberg Carvalho Lima, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Caxias, foi removido para a 1ª Vara Cível da referida Comarca, pelo critério de merecimento.

A juíza Selecina Henrique Locatelli, titular da 1ª Vara da Comarca de Grajaú, foi removida, pelo critério de antiguidade, para a 2ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia.

Pelo critério de merecimento, o juiz Aurimar de Andrade Arrais Sobrinho, titular da 1ª Vara da Comarca de Balsas, foi removido, para a 1ª Vara Criminal da Comarca de Açailândia.

Pelo critério de antiguidade, o juiz Isaac Diego Vieira de Sousa Silva, titular da 2ª Vara da Comarca de Barra do Corda, foi removido para a 1ª Vara da Comarca de Coelho Neto.

PROMOÇÃO PARA A ENTRÂNCIA FINAL

A juíza Nirvana Maria Mourão Barroso, titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Balsas, foi promovida, pelo critério de antiguidade, para a Comarca da Ilha de São Luís.

REMOÇÃO NA ENTRÂNCIA FINAL

Pelo critério de merecimento, o juiz Antonio Agenor Gomes, titular da 1ª Vara Cível do Termo Judiciário de São José de Ribamar da Comarca da lha de São Luís, foi removido para o 2º Juizado Especial Cível e Criminal do Termo Judiciário de São José de Ribamar da Comarca da lha de São Luís.